

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. ("BV Leasing") relativas aos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. Dentro de uma estratégia de diversificação de produtos do acionista Banco Votorantim, a BV Leasing tem por objeto social, principalmente, a realização de operações de arrendamento mercantil de veículos. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado

financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos.

A BV Leasing encerrou Dezembro/16 com saldo de carteira de crédito de R\$ 127,4 milhões, ante R\$ 194,3 milhões em Dezembro/15. Essa redução está alinhada à retração na carteira de Leasing - Pessoa Física do mercado, que reduziu cerca de 31% nos últimos doze meses, conforme dados do Banco Central. Em 2016, a BV Leasing registrou lucro líquido de R\$ 34,7 milhões (R\$ 58,7 milhões em 2015) e patrimônio líquido de R\$ 1,0 bilhão em Dezembro/16 (R\$ 1,0 bilhão em Dezembro/15).

Adicionalmente, no segundo semestre de 2016 não foram prestados pelos auditores independentes quaisquer serviços que não aqueles relacionados à auditoria externa. A administração da BV Leasing agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2017

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015									
(Valores expressos em milhares de Reais)									
	Nota	31.12.2016	31.12.2015		Nota	31.12.2016	31.12.2015		
ATIVO CIRCULANTE		18.325.815	19.772.063			47.850	400.668		
Disponibilidades	4	588	341			—	230.401		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	18.271.609	9.701.530			4.839	854		
Aplicações no mercado aberto		13.571.992	9.701.530			—	—		
Aplicações em depósitos interfinanceiros		4.699.617	—			4.839	854		
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos		8.805	9.986.118			43.011	167.834		
Carteira própria	6a	1.976	2.455		13a	—	1.579		
Vinculados a prestação de garantias	6a	6.829	6.945		6d	8.244	24.650		
Instrumentos financeiros derivativos	6d	—	9.976.718		14a	20.669	98.148		
Operações de Arrendamento Mercantil		(2.820)	(12.841)		7c	4.315	33.434		
Arrendamento a receber - Setor privado	7a	84.552	135.575		14b	9.783	11.602		
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	7a	(83.899)	(131.713)			17.959.413	19.186.570		
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	7f	(3.473)	(16.703)			17.959.413	19.186.570		
Outros Créditos		45.563	95.421		12a	17.935.260	19.145.662		
Negociação e intermediação de valores		—	—			17.935.260	19.145.662		
Diversos	8	45.569	95.599			3.535	9.403		
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	7f	(6)	(220)			3.535	9.403		
Outros Valores e Bens	9	2.070	1.494		13a	20.618	31.505		
Bens não de uso próprio		2.862	2.199		14a	15.470	11.421		
(Provisão para desvalorizações)		(1.056)	(963)		7c	3.152	20.084		
Despesas antecipadas		264	258		14b	1.996	—		
ATIVO NÃO CIRCULANTE		668.503	775.765			987.055	960.590		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		518.479	520.432			899.539	872.800		
Operações de Arrendamento Mercantil		(2.061)	(7.713)		17a	899.539	872.800		
Arrendamento a receber - Setor privado	7a	61.771	81.441		17b	87.516	87.790		
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	7a	(61.294)	(79.122)			—	—		
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	7f	(2.538)	(10.032)			—	—		
Outros Créditos		520.514	527.881			—	—		
Diversos	8	520.518	527.918			—	—		
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	7f	(4)	(37)			—	—		
Outros Valores e Bens		26	264			—	—		
Bens não de uso próprio		—	375			—	—		
(Provisão para desvalorizações)		—	(164)			—	—		
Despesas antecipadas		26	53			—	—		
PERMANENTE		150.024	255.333			—	—		
Investimentos	10	16.348	14.685			—	—		
Outros investimentos		24.525	21.862			—	—		
(Imparidade acumulada)		(8.177)	(7.177)			—	—		
Imobilizado de Uso		—	—			—	—		
Outras imobilizações de uso		—	186			—	—		
(Depreciações acumuladas)		—	(186)			—	—		
Imobilizado de Arrendamento	11a	133.676	213.108			—	—		
Bens arrendados		269.416	439.711			—	—		
Superveniência/Insuficiência) de depreciação		(7.739)	60.716			—	—		
(Depreciações acumuladas)		(128.001)	(287.319)			—	—		
Diferido	11a	—	27.540			—	—		
Perdas em arrendamentos a amortizar		—	37.812			—	—		
(Amortização acumulada)		—	(10.272)			—	—		
TOTAL DO ATIVO		18.994.318	20.547.828			—	—		

TOTAL DO PASSIVO

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016									
(Valores expressos em milhares de Reais)									
EVENTOS	Nota	Capital Social		Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total	
		Realizado	Legal	Expansão	Outras Reservas				
Saldos em 31.12.2014		872.800	38.764	—	19.354	1.386	—	932.304	
Reserva de expansão		—	—	19.354	—	—	—	—	
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos	17c	—	—	—	—	(1.386)	—	—	
Lucro Líquido do período		—	—	—	—	—	58.672	58.672	
Destinações:									
Reserva legal		—	2.933	—	—	—	(2.933)	—	
Juros sobre o capital próprio		—	—	—	—	—	(29.000)	(29.000)	
Reserva especiais de lucros		—	—	—	26.739	—	(26.739)	—	
Saldos em 31.12.2015		872.800	41.697	19.354	26.739	—	960.590	28.286	
Mutações do Período		—	2.933	19.354	7.385	(1.386)	—	28.286	
Saldos em 30.06.2016		899.539	42.515	19.354	—	—	15.543	976.951	
Lucro Líquido do período		—	—	—	—	—	18.348	18.348	
Destinações:									
Reserva legal		—	917	—	—	—	(917)	—	
Dividendos		—	—	—	—	—	(8.244)	(8.244)	
Reserva especiais de lucros		—	—	—	24.730	—	(24.730)	—	
Saldos em 31.12.2015		899.539	43.432	19.354	24.730	—	987.055	98.055	
Mutações do Período		—	917	24.730	—	(15.543)	—	10.104	
Saldos em 31.12.2015		872.800	41.697	19.354	26.739	—	960.590	—	
Aumento de capital		26.739	—	—	(26.739)	—	—	—	
Lucro Líquido do período		—	—	—	—	—	34.709	34.709	
Destinações:									
Reserva legal		—	1.735	—	—	—	(1.735)	—	
Dividendos		—	—	—	—	—	(8.244)	(8.244)	
Reserva especiais de lucros		—	—	—	24.730	—	(24.730)	—	
Saldos em 31.12.2016		899.539	43.432	19.354	24.730	—	987.055	987.055	
Mutações do Período		26.739	1.735	—	(2.009)	—	—	26.465	

O Lucro por Ação está divulgado na Demonstração do Resultado.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016					
(Valores expressos em milhares de Reais)					
	Nota	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	
Receitas		1.345.499	2.826.673	3.966.563	
Receita da intermediação financeira		1.352.860	2.834.706	4.000.664	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7f	—	—	(2.432)	
Outras receitas/despesas	15b / 15c / 16	(8.514)	(6.081)	(11.669)	
Despesas da Intermediação Financeira		(1.275.617)	(2.668.549)	(3.721.954)	
Insuamos Adquiridos de Terceiros		(5.788)	(15.290)	(19.314)	
Serviços de terceiros	15a	(4)	(7)	(7)	
Processamento de dados	15a	(1.647)	(3.879)	(5.183)	
Publicações	15a	(35)	(174)	(174)	
Serviços do sistema financeiro	15a	(615)	(720)	(362)	
Serviços técnicos especializados	15a	(2.035)	(8.297)	(7.369)	
Emolumentos judiciais e cartorários	15a	(349)	(562)	(700)	
Despesas de contribuições filantrópicas	15a	(63)	(142)	(142)	
Outras	15a	(470)	(1.018)	(1.377)	
Valor Adicionado Bruto		64.094	142.834	225.295	
Despesas de amortização/depreciação		(32.669)	(77.167)	(145.633)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		31.425	65.667	79.662	
Valor Adicionado a Distribuir		31.425	100,00%	79.662	100,00%
Valor Adicionado Distribuído		31.425	100,00%	79.662	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições		13.068	41,58%	20.925	26,27%
Federais		11.827	28.148	5.799	
Estaduais		1.027	2.300	14.239	
Municipais		214	491	887	
Remuneração de Capitais de Terceiros		9	19	65	0,08%
Aluguéis	15a	9	19	65	
Remuneração de Capitais Próprios		18.348	58,39%	34.709	52,86%
Dividendos		8.244	8.244	—	
Juros sobre o capital próprio		—	—	29.000	
Lucro retido		10.104	26.465	29.672	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
(Em milhares de Reais)	

- A BV LEASING E SUAS OPERAÇÕES**
A BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. ("Companhia") é uma companhia de capital fechado que tem por objeto social, principalmente, a realização de operações de arrendamento mercantil de veículos. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que compõem o Conglomerado Financeiro Votorantim ("Conglomerado") e atuam integradamente, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.
- APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo permanente, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.
O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O BACEN recepcionou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela Companhia, quando aplicável: CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Eventos Subsequentes, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.
A Companhia aplica o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado que não é conflitante com as normas do BACEN, conforme determina a regulamentação vigente.
Em 24 de Novembro de 2016, foi emitida a Resolução CMN nº 4.534 que trata do reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível e do diferido. Requerimentos referentes à descontinuidade dos registros contábeis do ativo diferido tornou-se vigente a partir da data de publicação da norma, e os demais requerimentos, relativos à mensuração e classificação do ativo intangível, devem ser aplicados prospectivamente a partir de 1º de Janeiro de 2017. A aplicação da norma não implicará em impactos para a Companhia.
A Resolução CMN nº 4.535, também emitida em 24 de Novembro de 2016, trata do registro contábil dos componentes do imobilizado e aplica-se prospectivamente a partir de 1º de Janeiro de 2017. A aplicação da norma não implicará em impactos relevantes para a Companhia.
A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Administração em 09 de fevereiro de 2017.
- Declaração de Conformidade**
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão evidenciadas nas Demonstrações Contábeis, e correspondem às utilizadas na gestão da Companhia.
- RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**
As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.
a) Apuração do Resultado
Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros prefixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.
b) Mensuração a Valor Presente
Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das receitas e despesas de juros.
Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle da Companhia, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.
c) Caixa e Equivalentes de Caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.
d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

- Títulos e Valores Mobiliários - TVM**
Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente:
Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e
Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.
A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - (Em milhares de Reais)

m) Outros Ativos e Passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2016	31.12.2015
Disponibilidades	588	341
Disponibilidades em moeda nacional	–	341
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez⁽¹⁾	11.706.026	8.688.036
Aplicações no mercado aberto - Revendas a liquidar - Posição bancada	11.706.026	8.688.036
Total	11.706.614	8.688.377

⁽¹⁾ Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	31.12.2016	31.12.2015
Aplicações no Mercado Aberto		
Revendas a Liquidar - Posição Bancada	13.571.992	9.701.530
Letras Financeiras do Tesouro	–	–
Letras do Tesouro Nacional	4.675.151	1.812.859
Notas do Tesouro Nacional	6.924.789	5.291.090
Debêntures	1.632.844	2.597.581
Nota Promissória	233.122	–
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.699.617	–
Total	18.271.609	9.701.530
Ativo circulante	18.271.609	9.701.530

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Rendas de aplicações no mercado aberto - Posição bancada	890.519	1.688.213	661.446
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	383.675	691.366	–
Total	1.274.194	2.379.579	661.446

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - IFD

a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Na demonstração "Balanço Patrimonial", os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

	31.12.2016			31.12.2015		
	Valor de Mercado	Acima de 360	Total	Valor de Mercado	Acima de 360	Total
Vencimento em Dias	Sem vencimento	181 a 360	Valor de custo	Valor de custo	Marcação a mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos para negociação	–	2.988	3.841	6.831	6.829	(2)
Títulos Públicos	–	2.988	3.841	6.831	6.829	(2)
Letras Financeiras do Tesouro	–	2.988	3.841	6.831	6.829	(2)
2 - Títulos Disponíveis para Venda	1.976	–	–	1.976	–	–
Títulos Privados	1.976	–	–	1.976	–	–
Cotas de Fundos de Investimentos	1.976	–	–	1.976	–	–
Total (1 + 2)	1.976	2.988	3.841	8.807	8.805	(2)

a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

	31.12.2016			31.12.2015		
	Sem vencimento	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de custo	Marcação a mercado
Vencimento em Dias	1.976	–	–	1.976	–	–
Carteira própria	1.976	–	–	1.976	–	–
Vinculados à prestação de garantias	–	2.988	3.841	6.831	6.829	(2)
Total	1.976	2.988	3.841	8.807	8.805	(2)

a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

	31.12.2016			31.12.2015		
	Sem vencimento	Valor de Mercado	Total	Valor de custo	Valor de custo	Marcação a mercado
Vencimento em Anos	1.976	2.988	3.841	8.807	8.805	(2)
Títulos para negociação	1.976	2.988	3.841	6.831	6.829	(2)
Títulos Disponíveis para Venda	–	–	–	–	–	–
Total	1.976	2.988	3.841	8.807	8.805	(2)

a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

	31.12.2016			31.12.2015		
	Sem vencimento	Valor de Mercado	Total	Valor de custo	Valor de custo	Marcação a mercado
Vencimento em Dias	1.976	2.988	3.841	8.807	8.805	(2)
Carteira própria	1.976	2.988	3.841	6.831	6.829	(2)
Vinculados à prestação de garantias	–	–	–	–	–	–
Total	1.976	2.988	3.841	8.807	8.805	(2)

a.5) Resumo da carteira por categoria

	31.12.2016			31.12.2015		
	Sem vencimento	Valor de Mercado	Total	Valor de custo	Valor de custo	Marcação a mercado
Por Categoria	1 - Título para Negociação	2.988	3.841	6.831	6.829	74%
2 - Títulos Disponíveis para Venda	1.976	–	–	1.976	2.455	26%
Valor contábil/mercado da carteira	1.976	2.988	3.841	8.805	9.400	100%

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	1.274.194	2.379.579	661.446
Títulos de renda fixa	1.610	4.017	60.610
Aplicações em fundos de investimento	94	210	129
Total	1.275.898	2.383.806	722.185

c) Reclasseificações de Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não houve reclasseificações de títulos e valores mobiliários e não existem títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

d) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

A Companhia se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada suas posições, classificando as posições próprias em negociação, com limites e alçadas definidos pela Companhia.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

A Companhia conta com ferramentas e sistemas para o gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

A avaliação do risco da Companhia é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

A Companhia utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

Riscos
Os principais riscos, inerentes aos Instrumentos Financeiros Derivativos, decorrentes dos negócios da Companhia são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito é definido pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação financeira diária em dinheiro. Os contratos de swaps, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de swaps registrados na BM&FBovespa não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações da Companhia nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de *commodities*.

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade da Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade da Companhia não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à Companhia.

d.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

	31.12.2016			31.12.2015		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Por Indexador	74.871	–	–	135.056	–	–
Contratos de Futuros	74.871	–	–	135.056	–	–
Compromissos de Venda	–	–	–	–	–	–
DI	–	–	–	–	–	–
Contratos de Swaps	–	–	–	–	–	–
Posição Ativa	–	–	–	5.563.000	24.502	31.341
DI	–	–	–	5.563.000	22.926	31.341
Pré-fixado	–	–	–	–	1.576	–
Posição Passiva	–	–	–	3.650.000	(261)	(1.579)
Pré-fixado	–	–	–	3.650.000	(261)	(1.579)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	–	–	–	–	–	–
Posição Ativa	–	–	–	18.120.787	9.950.901	9.945.377
Box de opções - Pré-fixado	–	–	–	18.120.787	9.950.901	9.945.377

d.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.12.2016	31.12.2015
Vencimento em Dias	3.996	16.599	19.564	34.712	74.871	135.056
Contratos futuros	–	–	–	–	–	–
Contratos de swaps	–	–	–	–	–	–
Box de opções	–	–	–	–	–	–
Total	3.996	16.599	19.564	34.712	74.871	135.056

d.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 31.12.2016)

	31.12.2016			31.12.2015		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
BM&FBovespa	74.871	–	–	135.056	–	–
Contratos de Futuros	74.871	–	–	135.056	–	–
Compromissos de Venda	–	–	–	–	–	–
DI	–	–	–	–	–	–
Contratos de Swaps	–	–	–	–	–	–
Posição Ativa	–	–	–	5.563.000	24.502	31.341
DI	–	–	–	5.563.000	22.926	31.341
Pré-fixado	–	–	–	–	1.576	–
Posição Passiva	–	–	–	3.650.000	(261)	(1.579)
Pré-fixado	–	–	–	3.650.000	(261)	(1.579)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	–	–	–	–	–	–
Posição Ativa	–	–	–	18.120.787	9.950.901	9.945.377
Box de opções - Pré-fixado	–	–	–	18.120.787	9.950.901	9.945.377

d.4) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial em 31.12.2016)

	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.12.2016	31.12.2015
Vencimento em Dias	3.996	16.599	19.564	34.712	74.871	135.056
Contratos futuros	–	–	–	–	–	–
Contratos de swaps	–	–	–	–	–	–
Box de opções	–	–	–	–	–	–
Total	3.996	16.599	19.564	34.712	74.871	135.056

d.5) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	31.12.2016		31.12.2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ativo	–	–	–	–
Contratos de swaps	–	–	31.341	–
Outros instrumentos financeiros derivativos	–	–	9.945.377	–
Total	–	–	9.976.718	–
Passivo	–	–	–	–
Contratos de swaps	–	–	(1.579)	–
Total	–	–	(1.579)	–

d.6) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Swap	–	(4.510)	100.120
Futuros	(472)	(3.836)	(43.943)
Box de opção	–	268.158	2.531.002
Ajuste ao valor de mercado dos itens de operações de crédito objeto de hedge	–	–	1.869
Total	(472)	259.812	2.589.048

7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a) Operações de Arrendamento a Receber

	31.12.2016	31.12.2015
Operações de Arrendamento Mercantil a Receber	146.323	217.016
Arrendamentos financeiros a receber	146.323	217.016
Ativo circulante	84.552	135.575
Ativo não circulante	61.771	81.441
Rendas a apropriar de Arrendamento Mercantil	(145.193)	(210.835)
Rendas a apropriar de Arrendamentos financeiros	(145.193)	(210.835)
Ativo circulante	(83.899)	(131.713)
Ativo não circulante	(61.294)	(79.122)

b) Resultado Financeiro das Operações de Arrendamento Mercantil

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Receitas de Arrendamento Mercantil	77.434	191.088	689.431
Arrendamentos financeiros	50.893	127.647	311.819
Lucro na alienação de bens arrendados	17.502	42.478	351.156
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo	9.039	20.963	26.456
Despesas de Arrendamento Mercantil	(63.859)	(158.436)	(623.956)
Arrendamentos financeiros	(63.281)	(155.822)	(623.396)
Prejuízo na alienação de bens arrendados	(578)	(2.614)	(560)
Total	13.575	32.652	65.475

c) Carteira por Setores de Atividade Econômica

Arrendamentos financeiros a receber	146.323	217.016
Ativo circulante	84.552	135.575
Ativo não circulante	61.771	81.441
Rendas a apropriar de Arrendamento Mercantil	(145.193)	(210.835)
Rendas a apropriar de Arrendamentos financeiros	(145.193)	(210.835)
Ativo circulante	(83.899)	(131.713)
Ativo não circulante	(61.294)	(79.122)
Resultado Financeiro das Operações de Arrendamento Mercantil		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016
Receitas de Arrendamento Mercantil	77.434	191.088
Arrendamentos financeiros	50.893	127.647
Lucro na alienação de bens arrendados	17.502	42.478
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo	9.039	20.963
Despesas de Arrendamento Mercantil	(63.859)	(158.436)
Arrendamentos financeiros	(63.281)	(155.822)
Prejuízo na alienação de bens arrendados	(578)	(614)
Total	13.575	32.652

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - (Em milhares de Reais)

OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

Outras Despesas Administrativas

2º Semestre/ Exercício/ Exercício/

2016 2016 2015

Aluguéis

(9) (19) (65)

Manutenção e conservação de bens

– (29) –

Processamento de dados

(1.647) (3.879) (5.183)

Publicações

(35) (174) (174)

Serviços do sistema financeiro

(615) (720) (362)

Serviços de terceiros

(4) (7) (7)

Serviços técnicos especializados

(2.035) (8.297) (7.369)

Emolumentos judiciais e cartorários

(349) (562) (700)

Impostos e multas de bens arrendados

(468) (1.002) (1.235)

Comunicações

– – (18)

Despesas de contribuições filantrópicas

(633) (633) (4.142)

Outras

(13) (16) (95)

Total

(5.798) (15.309) (19.379)

b) Outras Receitas Operacionais

2º Semestre/ Exercício/ Exercício/

2016 2016 2015

Reversão de provisões - Demandas cíveis

53 – –

Reversão de provisões - Demandas fiscais

(723) – –

Atualização de depósitos em garantia

305 965 1.785

Recuperação de encargos e despesas

1.106 1.773 1.373

Variação monetária ativa

674 1.411 840

Ressarcimento de custos associados

79 118 520

Outras

11 10 161

Total

1.505 4.277 4.679

c) Outras Despesas Operacionais

2º Semestre/ Exercício/ Exercício/

2016 2016 2015

Custos associados a produção - Parceiros comerciais

(60) (298) (2.103)

Demandas fiscais

(6.230) (6.230) (5.475)

Demandas cíveis

(1.234) (3.624) (7.347)

Depósitos judiciais

– – (10)

Provisão para perdas - Outros riscos

(1.061) (1.061) –

Outras

(708) (708) (285)

Total

(9.293) (11.921) (15.220)

16. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

2º Semestre/ Exercício/ Exercício/

2016 2016 2015

Receitas não Operacionais

(274) 3.046 3.133

Lucro na alienação de valores e bens

– 2.197 2.102

Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens

(61) 71 266

Outras

(213) 778 765

Despesas não Operacionais

(452) (1.483) (4.261)

Perdas de investimentos por incentivos fiscais

(348) (589) (2.259)

Desvalorização de outros valores e bens

123 – (224)

Prejuízo na alienação de valores e bens

(227) (874) (1.703)

Perdas de capital

– (20) (75)

Total

(726) 1.563 (1.128)

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 899.539 (R\$ 872.800 em 31 de dezembro de 2015), está representado por 510.404 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2016, foi deliberado e aprovado o aumento do Capital Social mediante a incorporação da reserva especial de lucros no valor de R\$ 26.739, sem a emissão de novas ações, homologado pelo Banco Central do Brasil em 27 de maio de 2016.

b) Reserva de Lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

Reserva para expansão

Para cumprimento das exigências estabelecidas na legislação societária e regras do BACEN, no encerramento do período, a Administração propõe que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinado para “Reserva para expansão”, com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. O saldo de reserva está à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

Reserva especial de lucros

A Administração poderá propor que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinada para “Reserva especial de lucros”, o qual ficará à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

c) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Exercício/2015

Saldo Movimen- Efeito Saldo

inicial tação tributário final

Títulos Disponíveis para venda

BV Leasing

1.386 (2.311) 925 –

Total

1.386 (2.311) 925 –

d) Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos

Em 31 de dezembro de 2015, os sócios aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 29.000.

A Administração propõe a distribuição sobre o Lucro do período no montante de R\$ 8.244 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Exercício/2016 Exercício/2015

Valor (R\$ mil) Valor (R\$ mil)

Lucro líquido do período

34.709 58.672

Reserva legal

1.735 (2.933)

Base de cálculo

32.974 55.739

Dividendo mínimo obrigatório

8.244 13.935

Valor proposto

8.244 29.000

% sobre a base de cálculo

25% 52%

Exercício/2016 Exercício/2015

Valor (R\$ mil) Valor por lote (R\$ mil) Valor (R\$ mil) Valor por lote (R\$ mil)

Lucro líquido do período

34.709 68.056,86 58.672 115.043,-R5

Juros sobre o capital próprio

– (16.164,71) (29.000) (56.862,75)

Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995 e nº 12.973/2014 e com o Estatuto Social da Companhia, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Para atendimento à legislação do Imposto de Renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi registrado em conta de Despesa Financeira, e, para fins de elaboração destas demonstrações contábeis, reclassificado para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

18. TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

2º Semestre/ Exercício/ Exercício/

2016 2016 2015

Valores Correntes

(5.380) (17.558) (74.352)

IR e CSLL no País - Corrente

(8.043) (20.221) (79.895)

IR e CSLL no País - Exercícios anteriores

2.663 2.663 5.543

Valores Diferidos

(4.677) (6.836) 74.185

Passivo Fiscal Diferido

4.218 16.247 110.442

Marcação a mercado

– (1.068) (188)

Superveniência de depreciação

4.218 15.179 110.630

Ativo Fiscal Diferido

(8.895) (23.083) (36.257)

Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL

(2.722) (6.914) (35.215)

Diferenças temporárias

(6.393) (16.854) (294)

Marcação a mercado

220 685 (748)

Total

(10.057) (24.394) (167)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

2º Semestre/ Exercício/ Exercício/

2016 2016 2015

Resultado antes dos tributos e participações

28.405 59.103 58.839

Encargo total do IR (25%) e CSLL (15% até agosto/2015 e 20% a partir de setembro/2015)

(12.782) (26.595) (26.478)

Encargos sobre JCP

– 2.725 13.050

Outros valores⁽¹⁾

– 2.201 13.261

Imposto de Renda e Contribuição Social do período

(10.057) (24.394) (167)

⁽¹⁾ Inclui, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$ 6.336 relativo à ativação de créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da CSLL (Lei nº 13.169/2015).

c) Despesas Tributárias

2º Semestre/ Exercício/ Exercício/

2016 2016 2015

Cofins

(1.512) (3.159) (4.843)

ISSQN

(214) (491) (887)

PIS

(246) (513) (787)

Outras

(1.039) (2.382) (14.241)

Total

(3.011) (6.545) (20.758)

d) Passivo Fiscal Diferido

31.12.2016 31.12.2015

Decorrentes de superveniência de depreciação de operações de arrendamento mercantil

– 15.179

Marcação a mercado

– 1.067

Total das Obrigações Fiscais Diferidas

– 16.246

Imposto de renda

– 15.772

Contribuição social

– 474

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

31.12.2015 Exercício/2016 31.12.2016

Saldo Movimentação líquida⁽¹⁾ Saldo

Diferenças temporárias

52.165 (16.169) 35.996

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

45.400 (22.879) 22.527

Provisões Passivas

6.258 6.048 12.306

Marcação a mercado

– 685 685

Outras provisões

507 (29) 478

Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL

489.453 (6.914) 482.539

Total dos Créditos Tributários Ativos

541.618 (23.083) 518.535

Imposto de Renda

518.597 (14.838) 503.759

Contribuição Social

23.021 (8.245) 14.776

⁽¹⁾ Para a parcela dos créditos tributários com previsão de realização até 2018, aplica-se para a CSLL, a alíquota de 20%. Para a parcela que tem sua realização após 2018, aplica-se a alíquota de 15%.

Não Ativo

Não existem créditos tributários não ativados.

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado no 2º Semestre de 2016.

Valor nominal Valor presente

Em 2017

20.424 19.220

Em 2018

10.103 8.921

Em 2019

5.567 4.605

Em 2020

6.750 5.229

Em 2021

8.638 6.262

A partir de 2022

467.053 228.833

Total de Créditos Tributários

518.535 273.072

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

mínimo e “H” o risco máximo. A Companhia aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela regulamentação a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa, quando necessário, suas estimativas com base em estudos internos. A classificação das operações em níveis de risco envolve premissas e julgamento da Companhia, baseadas em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da Companhia, quanto às perdas da carteira. Devido à relevância das operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito, às incertezas e julgamentos relacionados à estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e ao impacto que eventuais alterações das premissas poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos relevantes, manuais e automatizados, implementados pela Companhia e relacionados aos processos de aprovação, registro, classificação e atualização dos níveis de risco (“ratings”) das operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito e as principais premissas utilizadas no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Com base em amostragem, avaliamos se a Companhia atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela regulamentação vigente, relacionados à apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa e se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 3g e 7, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequado o nível de provisionamento no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

• Provisões e passivos contingentes - cíveis e fiscais

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3l, e 22, a Companhia constitui provisão para demandas cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas operações. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento da Companhia, por meio da opinião dos assessores jurídicos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às Provisões e Passivos Contingentes, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos relevantes, manuais e automatizados, implementados pela Companhia, relativos à captura dos processos, avaliação de risco processual, cálculo da provisão, condução dos processos e etapas de encerramento. Avaliamos a adequação da mensuração e reconhecimento da provisão e a divulgação de passivos contingentes. Por amostragem, realizamos procedimentos de auditoria quanto aos valores de constituições e reversões e quanto à suficiência da provisão. Avaliamos a determinação do risco processual das causas para assuntos e valores relevantes da Companhia, por meio da avaliação dos critérios utilizados na metodologia de mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados, bem como dados e informações históricas e analisamos as mudanças nas estimativas em relação a períodos anteriores, quando aplicável. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 3l e 22, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequado o nível de provisionamento no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

• Projeção de resultados futuros para a realização de ativos fiscais diferidos

As demonstrações contábeis incluem ativos relativos a créditos tributários (notas explicativas nº 3k e 18e), cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança. Para elaborar as projeções de resultados futuros para fins, entre outros, de verificar a realização de ativos, a Companhia adota premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico, como taxa de juros, taxa de inflação, entre outras, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à relevância dos saldos relativos a esses ativos (créditos tributários), por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos relevantes, implementados pela Companhia referentes ao processo quanto à determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins de elaboração de projeção de resultados futuros a qual é base para a avaliação sobre a realização de ativos. Com o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela Companhia, o recálculo das projeções baseadas em tais premissas e se atendiam às diretrizes da regulamentação vigente. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários). Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 3k e 18e, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequado o valor dos créditos tributários no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Forneçemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 25P014428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 15P245785/O-2